

MAR 2025

INSIGHTS

O retorno de Trump
ao poder: ameaça e
oportunidade para
a União Europeia

ELABORADO POR
Eduardo Moyano Estrada

TRADUZIDO POR
Filipe Prado Macedo da Silva





O retorno de Trump ao poder: ameaça e oportunidade para a União Europeia¹

Eduardo Moyano Estrada*

Desde que Donald Trump venceu a eleição no ano passado, seu retorno à presidência dos EUA tem sido amplamente analisado pela imprensa internacional.

O interesse aumentou, sobretudo, depois da posse em 20 de janeiro, em um ato impecável de transferência de poder por parte de Joe Biden e da liderança do Partido Democrata (PD), deixando evidente o vergonhoso e criminoso ataque que aconteceu, quatro anos atrás, ao Capitólio pelos seguidores de um Trump então incapaz de aceitar sua derrota.

Tal interesse é compreensível, não apenas pela personalidade única de Trump, mas, acima de tudo, pelos possíveis efeitos políticos, sociais e econômicos que seu segundo mandato pode ter dentro e fora dos EUA.

No âmbito social e político, tais efeitos já são aparentes nas polêmicas nomeações de sua equipe de governo e no enorme número de decretos assinados sobre tais questões, poucos dias após sua posse.

Porém, [é mais difícil prever o que acontecerá em questões econômicas](#) já que, nesta área, as decisões são tomadas em um ritmo diferente e seus efeitos demoram algum tempo para se tornarem visíveis.

No entanto, o anúncio inesperado de um aumento nas tarifas sobre o México, o Canadá e a China já é um indicador do que pode acontecer.

Populismo conservador em ascensão

Com a volta de Trump à Casa Branca, surge uma segunda onda de populismo conservador, se é que a primeira onda deixou de existir após sua derrota na eleição de 2020.

É fato que, ao longo da presidência de Biden, o *trumpismo* permaneceu ativo, dada a incapacidade do PD de mobilizar os eleitores democratas na medida satisfatória para neutralizá-lo (prova disso são os mais de sete milhões de votos perdidos por Kamala Harris nas eleições de 2024, em comparação aos obtidos por Biden quatro anos antes).

Agora, com Trump e o Partido Republicano (PR) no controle dos três poderes – judiciário, executivo e legislativo – é muito provável um expurgo das autoridades não-simpáticas ao *trumpismo*; existe uma regressão em termos de direitos e de liberdades civis; os valores essencialistas da cultura americana original (branca e ocidental) são novamente exaltados; a ordem interna e a segurança nacional são priorizadas; os interesses norte-americanos são colocados antes das regras globais das organizações multilaterais (como a OMS ou a COP das Nações Unidas); a imigração ilegal voltou a ser acuada (as primeiras deportações para os seus países de origem já foram efetuadas); a expansão do discurso de negação climática (reativação de políticas de apoio aos combustíveis fósseis e medidas favoráveis ao *fracking*); as políticas identitárias e de diversidade são demonizadas (como o próprio Trump fez após o trágico acidente de avião em Washington, alguns dias atrás); etc.

É crível ainda que, surfando nesta onda de populismo conservador, haja uma consolidação de partidos alinhados ao *trumpismo* em outros países, como já está acontecendo na Itália, na Alemanha e na Hungria (e em menor grau na Espanha) e ocorreu nas últimas eleições



europeias (com o forte aumento do voto de extrema direita), ou como poderá acontecer na França nas próximas eleições.

Um cenário econômico ainda incerto, mas preocupante

Todavia, no campo econômico, ainda é cedo para mensurar o alcance do segundo mandato de Trump como presidente dos EUA, já que é provável que as ações de seu governo sejam tomadas com mais cautela, dados os efeitos que podem ter em uma economia tão aberta como a norte-americana.

Veremos o que acontecerá com a contemplação dos três grandes nomes das empresas de tecnologia (Musk, Bezos e Zuckerberg) prestando homenagem a Trump. Por enquanto, a chegada do programa de inteligência artificial chinês *Deep Seek* aos mercados é um aviso para todos.

O movimento MAGA (*Make America Great Again*), que Trump utilizou para ativar o senso patriótico de seu eleitorado, é mais eficaz no nível das emoções do que no das práticas políticas.

De fato, quando se trata de políticas econômicas específicas, a Casa Branca tem muito mais autonomia para implementar suas ações protecionistas do que seu discurso populista na esfera social e cultural.

O poder e a influência dos grandes grupos empresariais (não apenas os de tecnologia), que precisam competir em mercados abertos e globais, são sempre um fator que limita a ação dos governos, embora no que diz respeito ao governo Trump, tão seguro de si, ainda não se sabe até que ponto a lógica econômica será capaz de colocar limites a uma lógica política tão ideologizada.

Por enquanto, o aumento das tarifas sobre o México, China e Canadá mencionado acima e o anúncio de que fará o mesmo com a UE mostraram que as intenções políticas de Trump escapam de qualquer lógica econômica.

De qualquer forma, e embora o cenário econômico futuro ainda seja incerto, existe uma preocupação lógica fora dos EUA sobre a possibilidade (bastante real) de o governo Trump aumentar as tarifas sobre produtos que entram no mercado norte-americano.

E tal preocupação é ainda mais compreensível dado que o governo Trump, em sua corrida protecionista, está disposto a se afastar de alguns órgãos reguladores, como a OMC, para justamente violar acordos comerciais multilaterais.

No entanto, e relembrando o que aconteceu durante sua primeira presidência, parece que o possível aumento das tarifas seria feito de forma gradual e focado em países e produtos específicos (como já mencionado para produtos específicos mexicanos ou canadenses); se isto ocorrer de forma generalizada e abrupta, poderá sair pela culatra em uma economia tão aberta como a dos EUA, causando, por exemplo, uma forte inflação interna.

Além disso, a resposta dos países afetados por um aumento das tarifas pelo governo Trump poderia ser o de aumentar as suas próprias, dificultando assim, a entrada dos produtos norte-americanos nos mercados destes países, o que levaria a uma guerra comercial com efeitos geopolíticos ainda inimagináveis em uma economia mundial tão globalizada como a atual.



Em qualquer caso, a imprevisibilidade do governo Trump significa que o mesmo deve ser analisado diariamente, mesmo sob o risco das análises se tornarem obsoletas assim que forem publicadas.

O valor da integração europeia

Neste ponto, porém, vale ressaltar o valor da integração supranacional para lidar com os efeitos de um possível cenário desregulamentado e intensamente competitivo. Em um mercado sem regras, como o promovido por Trump, países médios e pequenos não podem se defender sozinhos, mas apenas por meio de algum tipo de estratégia de integração entre eles.

No caso europeu, a UE deve ser o “guarda-chuva” dos países que a compõem diante das ameaças tarifárias de Trump, já que nenhum deles isolado (nem mesmo a França ou a Alemanha) teria capacidade de enfrentar uma guerra comercial de tal magnitude.

Daí o interesse de Trump em dividir a UE ao fragmentar o diálogo com alguns governos com ideias semelhantes (por exemplo, abordando separadamente a Itália de Meloni ou a Hungria de Orbán).

Contudo, as ameaças de Trump também são uma oportunidade para avançar o processo de integração europeia de forma realista, e sem cair em devaneios federalistas que não levam a lugar nenhum e que só causam divisões dentro da UE.

Neste contexto, os governos dos países-membros da UE devem preparar-se para responder de forma coordenada a tais ameaças, aproveitando a força do mercado interno europeu (mais de 500 milhões de consumidores), bem como a força de alguns dos seus setores produtivos, como o agroalimentar, o financeiro, o automobilístico, o turismo, a indústria cultural, etc.

A UE também deve aproveitar a possibilidade de estabelecer alianças alternativas com outros países (por exemplo, China, Mercosul, Canadá, países do Golfo e da costa sul do Mediterrâneo, etc.), transformando sua capacidade de diversificar as relações econômicas em uma força.

Neste meio tempo, enquanto esperamos para ver como o novo cenário econômico global se desenvolverá com o segundo mandato de Trump, as instituições da UE e as empresas europeias como um todo deveriam estar se preparando para lidar com tal desafio.

No nível político da UE, existe a oportunidade de fortalecer ainda mais o mercado único, de abordar a questão da autonomia estratégica (em relação à energia, suprimentos médicos e alimentos) e de promover a reindustrialização em setores-chave como, por exemplo, o das tecnologias digitais e o da segurança e defesa (em linha com o Relatório Draghi e o documento *Competitiveness Compass* apresentado em 29 de janeiro pela presidente da Comissão Europeia).

E tudo, conciliando o objetivo da descarbonização com o da competitividade e adaptando os próximos alargamentos da UE ao novo cenário internacional, bem como às reformas políticas em curso ou a concretizar (incluindo a Política Agrícola Comum); além do mais, é importante avançar na assinatura dos acordos comerciais (como o Mercosul, que ainda aguarda ratificação).

No que diz respeito às empresas, cujo impacto das políticas tarifárias será – na prática – muito desigual entre os setores, elas deveriam ver o cenário que se abre com o retorno de



Trump não como uma ameaça, mas como uma oportunidade – a necessidade obriga – para abordar ajustes internos que reduzam os custos de produção, que avancem em matéria de digitalização, que promovam uma maior integração em termos de estratégias comerciais, que apostem na qualidade como fator de competitividade, que diversifiquem os mercados internos e externos, entre outros.

Seria também uma oportunidade para consolidar algumas cadeias de valor, fortalecendo sua posição com estruturas interprofissionais mais eficientes, e aproveitando melhor o potencial das indicações geográficas, a fim de ganhar força nos mercados internacionais.

O caso da Espanha

Sendo um país de médio porte com uma economia aberta, a Espanha deve se preparar, em linha com a UE, para enfrentar os novos desafios da segunda era Trump, especialmente em setores como o alimentício, em que é forte, mas também vulnerável.

Em primeiro lugar, e a nível governamental, seria necessário ter um diagnóstico claro e real da situação, identificando as possíveis ameaças, mas também avaliando as oportunidades que se abrem para a economia espanhola.

No que se refere à questão alimentar, o documento da *Estrategia Nacional de Alimentación* (ENA), elaborado pelo MAPA (Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha), é uma oportunidade para fazer um bom diagnóstico da situação do setor e estabelecer o caminho a seguir no novo cenário internacional.

Em segundo lugar, a nível empresarial, e para além das orientações gerais emitidas pelo governo, as empresas, com o apoio das associações setoriais nas quais baseiam os seus interesses, devem elaborar os seus relatórios de impacto, analisando as dificuldades que se avizinham nos setores correspondentes, mas ainda os ambientes favoráveis que podem explorar.

Neste contexto, vale destacar que a escala importa e, por isto, será fundamental integrar estratégias comerciais entre os setores mais vulneráveis.

Ainda mais importante, é a qualidade e a capacidade de penetrar não apenas no mercado norte-americano, mas também em outras áreas regionais e, claro, aumentar a presença no sempre seguro mercado interno da UE, um mercado que ainda não é satisfatoriamente explorado por algumas das produções espanholas.

¹Este artigo foi originalmente publicado, em espanhol, na *Plataforma Tierra*. Tradução de Filipe Prado Macedo da Silva (Líder do “[Conexão Bruxelas | Grupo de Estudo sobre Europa e União Europeia](#)”).

*Sociólogo e Doutor em Agronomia. Professor de Investigação (Catedrático) Aposentado do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Espanha).